

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores Expressos em Reais)

ATIVO		2018	2017
CIRCULANTE	Nota	7.171.488,18	9.410.409,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	1.170.305,52	4.731.445,63
CLIENTES	5	2.222.008,22	3.074.460,58
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	6	1.411.221,11	1.217.135,00
CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS	7	183.097,22	133.663,23
ALMOXARIFADO	8	194.422,18	205.702,20
ESTOQUE DE SERVIÇOS A FATURAR	9	1.953.850,95	-
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		36.582,98	2.491,51
DESPESAS A APROPRIAR		-	45.510,99
NÃO CIRCULANTE		6.773.534,35	3.661.086,90
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.694.679,91	40.678,03
CLIENTES A FATURAR	10	1.651.318,57	-
OUTROS CRÉDITOS	11	20.090,97	20.090,97
DEPÓSITOS JUDICIAIS	12	23.270,37	20.587,06
IMOBILIZADO		3.629.607,19	2.800.371,19
BENS EM OPERAÇÃO		9.933.327,72	8.486.452,70
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA		(6.303.720,53)	(5.686.081,51)
INTANGÍVEL	14	1.449.247,25	820.037,68
PROGRAMAS DE COMPUTADORES		3.181.827,89	1.681.827,89
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		(1.732.580,64)	(861.790,21)
TOTAL DO ATIVO		13.945.022,53	13.071.497,04

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
PRESIDENTE
José Teixeira de Souza Filho
CONTADOR CRC/CE 4.792

PASSIVO

PASSIVO		2018	2017
CIRCULANTE		4.752.422,17	3.463.019,95
FORNECEDORES	15	1.783.418,84	475.636,74
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	16	515.725,84	393.975,50
OBRIGAÇÕES TRAB. E PREVID.	17	581.710,73	462.275,22
PROVISÕES	18	1.851.685,10	2.128.690,78
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	19	19.129,32	2.077,80
OUTRAS OBRIGAÇÕES	20	752,34	363,91
NÃO CIRCULANTE		3.895.822,08	2.244.503,51
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	21	2.244.503,51	2.244.503,51
RECEITA DIFERIDA	22	1.651.318,57	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.296.778,28	7.363.972,58
CAPITAL SOCIAL	23	50.000,00	50.000,00
RESERVA DE LUCROS		5.246.778,28	7.313.972,58
TOTAL DO PASSIVO		13.945.022,53	13.071.495,04

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis).

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
PRESIDENTE
José Teixeira de Souza Filho
CONTADOR CRC/CE 4.792

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores Expressos em Reais)

		2018	2017
RECEITA LÍQUIDA		67.014.239,98	53.092.997,79
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	(60.192.403,32)	(48.935.253,71)
PESSOAL E ENCARGOS	25	(23.789.459,40)	(28.472.172,02)
MATERIAIS E SERVIÇOS	25	(35.168.977,48)	(19.628.145,19)
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	25	(1.233.966,44)	(834.936,50)
RESULTADO BRUTO		6.821.836,66	4.157.744,08
(+/-) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(9.138.441,33)	(3.721.817,63)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	26	(8.665.152,07)	(3.533.716,94)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS	26	(137.813,15)	(86.449,22)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	27	(366.604,17)	(121.015,56)
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	28	31.128,06	19.364,09
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.316.604,67)	435.926,45
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		(40.251,86)	(7.106,78)
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		289.662,23	538.253,13
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(2.067.194,30)	967.072,80
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(87.128,35)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		-	(212.214,65)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.067.194,30)	667.729,80

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis).

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
PRESIDENTE
José Teixeira de Souza Filho
CONTADOR CRC/CE 4.792

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REALIZADA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores Expressos em Reais)

	2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.067.194,30)	667.729,80
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.067.194,30)	667.729,80

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis).

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
PRESIDENTE
José Teixeira de Souza Filho
CONTADOR CRC/CE 4.792



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores Expressos em Reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS / PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	50.000,00	6.646.242,78	-	6.696.242,78
Lucro Líquido do Exercício	-	-	667.729,80	667.729,80
Transf. p/ Reserva de Lucros	-	667.729,80	(667.729,80)	-
Saldo em 31/12/2017	50.000,00	7.313.972,58	-	7.363.972,58
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(2.067.194,30)	(2.067.194,30)
Compensação de Reserva de Lucros, com Prejuízos	-	(2.067.194,30)	2.067.194,30	-
SALDO EM 31/12/2018	50.000,00	5.246.778,28	-	5.296.778,28

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
PRÉSIDENTE
José Teixeira de Souza Filho
CONTADOR CRC/CE 4.792

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)	(614.265)	(113.266)
Resultado Líquido do Exercício	(2.067.194)	667.730
Ajuste de Receitas e Despesas que não Afetam o Caixa		
(+) Depreciação e Amortização	1.488.429	1.037.102
Ajuste pelas Variações dos Ativos e Passivos Operacionais		
(Aumento)/Diminuição de Clientes	852.452	(1.303.271)
(Aumento)/Diminuição de Créditos Tributários	(194.086)	(96.898)
(Aumento)/Diminuição de Créditos em Créditos Func.	(49.434)	(34.503)
(Aumento)/Diminuição de Almoxarifado	11.280	(11.154)
(Aumento)/Diminuição de Estoque de Serviços a Faturar	(1.953.851)	-
(Aumento)/Diminuição de Adiantamento a Fornecedores	(34.091)	(2.492)
(Aumento)/Diminuição de Despesas a Apropriar	45.511	(43.174)
(Aumento)/Diminuição de Clientes a Faturar	(1.651.319)	-
(Aumento)/Diminuição de Depósitos Judiciais	(2.683)	8.000
Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	1.307.782	57.614
Aumento/(Diminuição) de Obrigações Tributárias	121.750	124.018
Aumento/(Diminuição) de Obrig. Trab. e Previdenciárias	119.436	(151.341)
Aumento/(Diminuição) de Provisões	(277.006)	(241.092)
Aumento/(Diminuição) de Adiantamento de Clientes	17.052	(123.806)
Aumento/(Diminuição) de Outras Obrigações	388	-
Aumento/(Diminuição) de Receita Diferida	1.651.319	-
Fluxo de Caixa das Atividades Investimento		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento (2)	(2.946.875)	(1.165.903)
Compra de Ativo Imobilizado / Intangível	(2.946.875)	(1.165.903)
Fluxo de Caixa das Atividades Financiamento		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento (3)	-	-
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa (1; 2; 3)	(3.561.140)	(1.279.169)
Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.731.446	6.010.615
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.170.306	4.731.446
Variação Líquida no Exercício	(3.561.140)	(1.279.169)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO REALIZADA EM 31. DE DEZEMBRO DE 2017 E 2018
(Valores Expressos em Reais)

DVA	2018	2017
RECEITAS	69.663.852,87	55.254.608,86
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (menos canceladas)	69.632.724,81	55.235.244,77
Outras receitas operacionais	31.128,06	19.364,09
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)	38.542.645,98	22.866.197,47
Custos das mercadorias e serviços vendidos	35.168.977,48	19.628.145,19
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.373.668,50	3.238.052,28
VALOR ADICIONADO BRUTO	31.121.206,89	32.388.411,39
RETENÇÕES	1.488.429,45	1.037.102,06
Depreciação, amortização e exaustão	1.488.429,45	1.037.102,06
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	29.632.777,44	31.351.309,33
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	289.662,23	538.253,13
Receitas financeiras	289.662,23	538.253,13
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	29.922.439,67	31.889.562,46
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.989.633,97	30.921.469,65
Pessoal e encargos	29.193.084,13	28.685.666,67
Impostos, taxas e contribuições	2.756.297,58	2.228.696,20
Despesas financeiras	40.251,86	7.106,78
Lucros (prejuízos) retidos	(2.067.194,30)	667.729,80

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
PRÉSIDENTE
José Teixeira de Souza Filho
CONTADOR CRC/CE 4.792

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de tecnologia da Informação do Ceará — ETICE, entidade pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, da Administração Indireta, criada pela Lei nº. 13.006, de 24 de março de 2000, modificada pelas leis nº. 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, de acordo com o inciso I, do art. 80, nº 14.335, de 20 de abril de 2009, nº. 15.212, de 05 de setembro de 2012 e Decreto nº 30.912, de 10 de maio de 2012, sendo vinculada à Secretaria do



Planejamento e Gestão (Seplag), tendo sede e foro em Fortaleza e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará.

A Entidade, como empresa pública, constitui-se prestadora de serviço público estadual, com direção, propriedade e patrimônio próprio, gozando de autonomia administrativa, financeira e técnica, regendo-se pelas disposições do estatuto, normas internas e legislação que lhe for aplicável.

A Etice, tem como missão ser um instrumento de fortalecimento da governança e da cidadania, por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tem por competência:

- Prestar serviços de suporte técnico e de gestão da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Governo do Estado;
- Desenvolver novos sistemas de informação no âmbito do Governo e para o cidadão;
- Executar o planejamento estratégico participativo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- Coordenar de forma articulada e integrada as ações de Governo Eletrônico com o objetivo de fomentar e viabilizar a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), pelos Órgãos e Entidades estaduais e, em particular, da Internet, na agilização dos processos administrativos internos, na obtenção de maior transparência das ações do Governo e na universalização e melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadãos;
- Realizar a gestão estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), da Administração Pública Estadual, executando as políticas de TIC, definindo normas e padrões a serem observados pelos Órgãos e Entidades Estaduais, visando assegurar a compatibilidade e qualidade das informações geradas para subsidiar a tomada de decisões;
- Realizar estudo e identificação de soluções estratégicas e estruturantes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- Prestar, para pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de interesse do Governo Estadual;
- Executar, mediante convênios ou contratos, serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para Órgãos ou Entidades da União e dos Municípios;
- Realizar a gestão da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) corporativa da Administração Pública Estadual, compreendendo a gerência da rede de comunicação de dados do Governo, a gerência da Internet, Intranet e Extranet, a gerência de segurança do acervo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), da infraestrutura corporativa, além de outras que sejam definidas, relacionadas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- Prestar os serviços de certificação digital para os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual;
- Prover serviços de telecomunicações no âmbito do Governo do Estado;
- Realizar pesquisa científica na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- Executar outras atividades correlatas.

NOTA 02 — APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações — Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores. Desta forma, contemplam as modificações nas práticas introduzidas pelas Leis nº. 11.638/2007 e 11.941/2009 e regulamentações emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 1000 — Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

NOTA 03 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas com os serviços prestados e as despesas são registradas pelo regime de competência. Os repasses do Governo do Estado do Ceará são registrados pelo regime de caixa.

Os custos dos serviços prestados foram apropriados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

O resultado referente a atividade é incorporado ao patrimônio líquido somente ao término de cada exercício social (31 de dezembro).

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Estão avaliadas pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data do balanço.

c) IMOBILIZADO

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, sendo que a depreciação é feita de forma linear, baseando-se nas taxas de depreciação recomendadas pela Receita Federal do Brasil. Não foram realizados testes de recuperabilidade de seus ativos, como determina a Resolução CFC nº.1.292/10 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

As férias vencidas, as proporcionais e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

NOTA 04 — CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2018	2017
Conta do Governo	-	-
Bancos - Contas Correntes	53.621,79	27.073,98
Aplicações Financeiras	1.116.683,73	4.435.430,00
Numerários em Trânsito	-	268.941,65
TOTAL	1.170.305,52	4.731.445,63

O saldo em conta corrente e aplicação são referentes a recebimentos dos clientes, pelos serviços prestados. A aplicação financeira está lastreada em fundo de investimento caixa, em operações de curto prazo, com resgate automático.

NOTA 05 — CLIENTES

Os clientes com os maiores débitos estão listados abaixo:

CLIENTES	2018	2017
Seduc – Secretaria de Educ.	1.104.412,52	2.032.343,54
Urcia – Universidade Cariri	-	398.246,83
Sejus – Secretaria de Justiça	133.738,19	101.088,65
STDS – Secretaria de Trabalho	172.303,45	97.957,04
Detran – Departamento Trânsito	67.219,21	70.219,21
TCE do Ceará	10.126,79	66.613,40
CE Portos	124.483,80	39.087,89
Cagece – Cia de Água e Esgoto	28.598,44	35.836,95
Prefeitura Municipal de Sobral	36.000,00	32.000,00
Sebrae – Serv de Apoio a Micro	-	26.620,90
Ematerce – Emp de Assist	129.453,83	-
Sesa – Secretaria de Saúde	267.043,02	-
CGE – Controlad Geral Estado	86.645,56	-
Demais Clientes	508.164,74	254.023,33
Prov Cred Liquid Duvidosa (-)	(446.181,33)	(79.577,16)
TOTAL	2.222.008,22	3.074.460,58

• O saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), em 31/12/2018 foi constituída pelos títulos emitidos há mais de um ano, que não haviam sido recebidos, tendo em vista a baixa expectativa de recebimento destes créditos.

NOTA 06 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Pis a Compensar	-	2.891,89
Cofins a Compensar	-	13.286,87
IRPJ Saldo Negativo	561.800,58	738.423,97
CSLL Saldo Negativo	125.739,31	229.055,19
ICMS ativo imob a compensar	177.238,47	75.290,33



DESCRIÇÃO	2018	2017
IRRF a compensar	5.084,17	285,03
IRRF aplic financeiras a comp	64.541,27	107.173,83
Contrib Social	4.624,38	729,47
CSLL a compensar	303,23	303,23
ICMS a recuoerar	47.955,93	47.955,93
INSS a compensar	1.875,82	1.739,26
CSRF a compensar	3.531,76	-
IRPJ Estimativa	305.386,06	-
CSLL Estimativa	113.140,13	-
TOTAL	1.411.221,11	1.217.135,00

NOTA 07 – CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS

São empréstimos concedidos aos funcionários da Etice, por ocasião da utilização do período de férias, com pagamento em 5 (cinco) parcelas consignadas em folha de pagamento.

2017	DÉBITO	CRÉDITO	2018
133.663,23	376.217,46	(326.783,47)	183.097,22

NOTA 08 – ALMOXARIFADO

O Almoxarifado compõe-se de materiais de uso e consumo, avaliados a custo médio de aquisição, os quais não excedem o valor de mercado. O total da rubrica esta assim composto:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Artigos Utensílios de Escritórios	7.184,20	5.157,05
Equip. de Proc de dados	109.275,63	112.447,96
Equip de Materiais de Limpeza	8.099,63	9.519,17
Aparel Iluminação e Lâmpadas	7.919,27	7.946,65
Artigos de Higiene	4.336,91	3.575,20
Artigos e utensílios domésticos	324,17	461,90
Canos, tubos, mangueiras	952,00	1.060,46
Combustíveis, óleos e ceras	2.833,18	1.333,15
Condutores elétricos	30.609,40	38.198,42
Cordas, cabos e correntes	5,70	8,55
Equip de instalações hidráulicas	290,44	535,47
Equip de comunicação	3.000,00	3.000,00
Equip p/refeitório, copa	1.578,51	1.203,20
Ferramentas manuais	110,00	20,90
Gêneros alimentícios	7.996,95	10.376,30
Pneus e câmaras	5.742,40	7.126,26
Recep e mat p/ar condic	2.144,87	2.737,96
Vestuários, equip indiv.	108,15	71,60
Sistema de alarme, sinalização	601,58	-
Ferragens e abrasivos	673,96	922,00
Equip artigos uso veterinário	384,23	-
Maquinas e equip de oficinas	251,00	-
TOTAL	194.422,18	205.702,20

NOTA 09 – ESTOQUE DE SERVIÇOS

Valor referente aos custos inerentes a serviços realizados e não faturados, evidenciados nas rubricas de Clientes a Faturar (Nota 10) e Receita Diferida (Nota 22). A apropriação do custo é feita na proporção da realização da Receita Diferida.

NOTA 10 – CLIENTES A FATURAR

Refere-se a serviços prestados, porém não faturados, cuja contrapartida é a rubrica de Receita Diferida (Nota 22), que possui valor correspondente. Sua realização dar-se-á mediante atendimento dos requisitos para emissão da referida nota fiscal.

CLIENTES A FATURAR	2018
SEJUS	707.999,78
UECE	90.786,93
CODECE	157.670,80
CGE	6.942,30
PEFOCE	16.675,00
PC CE	77.848,38
STDS	57.519,97
ADAGRI	29.486,03
DER	4.588,22
EGP	8.965,39
CEASA	5.893,29
SEAS	20.225,12
ISSEC	6.100,30
SPD	2.025,72
SEINFRA	4.909,91
SRH	6.369,00
NUTEC	1.654,51
ESP	1.475,41
FUNCEME	1.335,36
SEPESCA	2.580,76
PGJ	172.783,18
SME	1.543,62
MOB TELECOM	3.600,00
ATACADAO	3.699,03
CIMENTO APODI	1.208,12
IDACE	3.968,52
VICEGOV	2.195,84
ISGH	1.415,11
CE PORTOS	82.075,69
SSPDS	65.540,82
DETRAN	40.920,56
SETUR	21.325,61
CGD	7.261,80
SEMACE	5.465,00



CLIENTES A FATURAR	2018
AESP	3.788,11
PM	23.475,38
TOTAL	1.651.318,57

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS

O valor de R\$ 20.090,97 refere-se a pagamentos de multas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela não entrega no prazo legal da Declaração de Contribuições e Tributos Federais – DCTF. A ETICE ajuizou ação na 16ª Vara Cível de Fortaleza, processo 47147-02.2008.8.06.001, contra a empresa Ativos Contadores Associados Ltda., objetivando o ressarcimento do valor pago.

NOTA 12 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Tratam-se de depósitos recursais referentes a processos trabalhistas de empregados do extinto SEPROCE.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

DEMONSTRATIVO DO ATIVO IMOBILIZADO					
BENS EM OPERAÇÃO	SALDO 31/12/2017	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	SALDO 31/12/2018	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Móveis e Utensílios	357.593,16	50.761,90	303,38	408.051,68	14,11%
Máquinas, Equip. e ferram.	1.034.403,83	9.717,10	1.749,07	1.042.371,86	0,77%
Instalações	711.972,52	0	0	711.972,52	0,00%
Veículos	364.727,99	0	0	364.727,99	0,00%
Equipamentos Proc. Dados	6.011.355,20	1.534.004,59	145.556,12	7.399.803,67	23,10%
Benf. em prop. De terceiros	6.400,00	0	0	6.400,00	0,00%
TOTAL DO IMOBILIZADO	8.486.452,70	1.594.483,59	147.608,57	9.933.327,72	17,05%
DEPRECIACÃO ACUMULADA	SALDO 31/12/2017	ADIÇÕES	DEPRECIACÃO DO PERÍODO	SALDO 31/12/2018	PERCENTUAL DEPRECIACÃO
Móveis e Utensílios	-216.355,68	0	-22.984,24	-239.339,92	10% a.a.
Máquinas, Equip. e ferram	-449.152,99	0	-103.506,56	-552.659,55	10% a.a.
Instalações	-52.142,44	0	-71.197,36	-123.339,80	10% a.a.
Veículos	-364.727,99	0	0	-364.727,99	20% a.a.
Equipamentos Proc. Dados	-4.603.158,57	0	-419.815,94	-5.022.974,51	20% a.a.
Benf. em Prop. De terc.	-543,84	0	-134,92	-678,76	4% a.a.
TOTAL DA DEPRECIACÃO	-5.686.081,51	-	-617.639,02	-6.303.720,53	

Foi assinado um contrato na data 27/12/2018, com N° 040/2018, oriundo da cotação eletrônica N° 2018/0010 – ETICE e processo VIPROC N° 5622739/2018 que tem como objeto serviços de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis, segundo os normativos contábeis, aplicando testes de recuperabilidade e revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE para fins de cálculo da depreciação e amortização. Foi definida através do contrato 040/2018 a classificação orçamentária de N° 46200002.04.122.500.22250.03.33903900.2.70.00.1.20, o qual será realizado pela empresa MELO & CONTADORES ASSOCIADOS SS LTDA – ME, num prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação.

NOTA 14 - INTANGÍVEL

DEMONSTRATIVO DO ATIVO INTANGÍVEL					
INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2017	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	SALDO EM 31/12/2018	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Software /Aplicativos	1.681.827,89	1.500.000,00	0	3.181.827,89	89,19%
TOTAL INTANGÍVEL	1.681.827,89	1.500.000,00	0	3.181.827,89	89,19%
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2017	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO	SALDO EM 31/12/2018	PERCENTUAL DEPRECIACÃO
Software e Aplicativo	861.790,21	15.221,98	886.012,41	1.732.580,64	20% a.a.
TOTAL AMORTIZAÇÃO	861.790,21	15.221,98	886.012,41	1.732.580,64	

Conforme nota explicativa 13 (ativo imobilizado), está em fase de execução e teste de avaliação e recuperabilidade também do ativo intangível.

NOTA 15 – FORNECEDORES

Os valores lançados na rubrica fornecedores estão mensurados pelo custo histórico e estão listados abaixo:

FORNECEDORES	2018	2017
Fundação da Universidade Estadual do Ceará – FUNECE	320.833,34	320.833,34
Céu Telecomun e Soluções Ltda	183.000,00	61.000,00
Interlig Telecomunicações Ltda	39.791,40	39.791,40
Braeng Soluções e Tecnologias em Estru	19.457,70	19.457,70
Teracom Telemática S.A.	-	16.703,40
Unimed de Fortaleza Coop. De Trab. Médico	11.246,42	11.237,91
Souza e Freitas Edificações Ltda – ME	3.805,65	3.805,65
Demais Fornecedores	30.421,75	2.807,34
Criat Serviços de Terce de Mão de Obra	66.735,98	-
Núcleo Tecnologia e Comunicação Ltda	203.902,65	-
Intelig Processos Inteligentes	142.480,99	-
TrustControl Segurança em Tecnologia	471.503,26	-
Gartner do Brasil Serviços	245.216,67	-
Golden Tecnologia Ltda	45.023,03	-
TOTAL	1.783.418,84	475.636,74

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores dos impostos e contribuições a recolher são decorrentes de provisões realizadas em dezembro/2018, e retenções na fonte de impostos referentes aos serviços tomados de terceiros.

DESCRIÇÃO	2018	2017
ICMS	116.797,20	106.745,53
PIS	34.977,04	34.576,85
COFINS	161.432,46	159.585,51
IRRF	16.407,40	107,69
INSS Retido de Terceiros	18.170,29	394,92
Contribuição Social Retido na Fonte	24.760,60	-
ISS Retido de Terceiros	52.815,65	17.232,03
ISS	23,41	-
FUNTEL	45.188,60	25.110,99
FUST	45.153,19	50.221,98
TOTAL	515.725,84	393.975,50



NOTA 17 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Obrigações decorrentes de contribuições de INSS e descontos efetuados em folha de pagamento.

DESCRIÇÃO	2018	2017
INSS RECOLHER	468.569,23	462.275,22
Contribuicao sindical (a pagar)	2.245,36	-
IPRED	88,00	-
Empréstimos - Bradesco	81.214,82	-
RPPS Previdencia Privada	76,76	-
Empréstimos – CEF	12.129,30	-
Assetice	17.387,26	-
TOTAL	581.710,73	462.275,22

NOTA 18 – PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

As provisões para férias e encargos são calculadas proporcionalmente ao período de aquisição, com valores contabilizados até 31.12.2018.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Provisão para Férias	1.359.694,07	1.579.147,52
Provisão INSS s/Férias	376.519,07	423.211,46
Provisão FGTS s/Férias	115.471,96	126.331,80
TOTAL	1.851.685,10	2.128.690,78

NOTA 19 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	2018	2017
Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará	5.251,52	1.000,00
Controladoria Geral do Estado – CGE	49,81	49,81
Prefeitura Municipal de Cedro	1.000,00	1.000,00
TAM – Aviação Executiva e Táxi Aéreo S/A	27,99	27,99
Metrofor – Companhia Ceará Transportes	12.800,00	-
TOTAL	19.129,32	2.077,80

NOTA 20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor registrado na contabilidade no montante de R\$ 752,34 refere-se a seguros a pagar.

NOTA 21 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instâncias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis e possíveis perdas para a companhia estão provisionados, a saber:

Prováveis

PROCESSO	VALOR (R\$) DA AÇÃO
0039500-29.2009.5.07.0005	2.000.000,00
0001644-71.2013.5.07.0011	27.618,82
0001532-58.2015.5.07.0003	176.230,83
0001090-80.2015.5.07.0007	40.653,86
TOTAL	2.244.503,51

Possíveis

PROCESSO	VALOR (R\$) DA AÇÃO
0005900-15.1998.5.07.0001	500,00
0148323-72.2018.8.06.0001	61.000,00

NOTA 22 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a serviços prestados, porém não faturados, cuja contrapartida é a rubrica de Clientes a Faturar (Nota 10), que possui valor correspondente. Sua realização dar-se-á mediante atendimento dos requisitos para emissão da referida nota fiscal.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
SEJUS	707.999,78
UECE	90.786,93
CODECE	157.670,80
PC CE	77.848,38
STDS	57.519,97
PGJ	172.783,18
CE PORTOS	82.075,89
SSPDS	65.540,82
DETRAN	40.920,56
Demais clientes	198.172,26
TOTAL	1.651.318,57

NOTA 23 – CAPITAL SOCIAL

O Capital social da ETICE é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), fixado pelo Decreto nº 25.841, de 30 de março de 2000, que aprovou seu estatuto e só poderá ser aumentado por Decreto do Chefe do Poder Executivo e se constituirá com valores dos créditos orçamentários e extra orçamentários destinados pelo Governo do Estado para este fim.

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA

	2018	2017
Receita Bruta	69.632.724,81	55.235.244,77
Serviços Prestados	32.499.657,99	26.736.257,82
Transferências do Estado do Ceará	37.133.066,82	28.498.986,95
(-) Impostos Incidentes sobre Serviços	(2.618.484,83)	(2.142.246,98)
RECEITA LÍQUIDA	67.014.239,98	53.092.997,79

NOTA 25 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conta de materiais e serviços teve um aumento relevante nas contas de “Manutenção e processamentos de dados”.

	2018	2017
Pessoal e Encargos	23.789.459,40	28.472.172,02
Materiais e Serviços	35.168.977,48	19.628.145,19
Depreciação e Amortização	1.233.966,44	834.936,50
TOTAL	60.192.403,32	48.935.253,71



NOTA 26 – DESPESAS OPERACIONAIS

De acordo com as despesas administrativas descritas abaixo, destaca-se com relevância a conta de “despesas com pessoal e encargos” no valor de R\$ 5.403.624,73, e nas despesas tributárias, destaca-se a conta de ICMS no valor de R\$ 136.546,04.

	2018	2017
Despesas Administrativas	8.665.152,07	3.533.716,94
Despesas Tributárias	137.813,15	86.449,22

NOTA 27 – OUTRAS DESPESAS

Na conta de “outras despesas”, esta contabilizado os valores de “Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa”.

	2018	2017
Outras Despesas	366.604,17	121.015,56

NOTA 28 – OUTRAS RECEITAS

Na conta de “outras receitas”, esta contabilizado os valores de “Juros de Atualização Monetária”.

	2018	2017
Outras Receitas	31.128,06	19.364,09

NOTA 29 – TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO

Empresa é optante pela tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social pelo Lucro Real Anual, com pagamento por estimativa e/ou Balanços ou Balancetes de Suspensão ou Redução, cujas alíquotas são:

Imposto de Renda.....15%

Adicional do Imposto de Renda10%

Contribuição Social s/Lucro Líquido9%

Durante o exercício de 2018, a empresa apurou prejuízo, motivo o qual não foi constituído tributo sobre o lucro.

	2018	2017
DÉFICIT DO PERÍODO		2.067.194,30

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa

PRESIDENTE

José Teixeira de Souza Filho

CONTADOR CRC/CE 4.792

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros da

Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de tecnologia da informação do Ceará - ETICE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de tecnologia da informação do Ceará - ETICE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos – Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

De acordo com a nota explicativa nº 3 item (c), a Entidade não realizou os procedimentos relativos aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme estabelecido nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento Técnico nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Consequentemente, não foi possível identificar a necessidade de eventuais ajustes contábeis para o reconhecimento de perdas decorrentes da aplicação do teste.

Reavaliação da vida útil dos Ativos Fixos – Resolução nº 1177/2009 do CFC

Conforme nota explicativa nº 3 item (c), a administração da empresa deverá providenciar, em atendimento às novas práticas contábeis adotadas no Brasil, revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens do seu Ativo Imobilizado, de modo a estabelecer novas taxas de depreciação que levem em consideração os tempos de vida útil-econômica estimada dos bens, em conformidade com suas atuais condições de funcionamento, no que tange a forma de cálculo da depreciação, no que for aplicável. Ainda em relação a depreciação e reconhecimento contábil dos Bens Móveis e Imóveis das entidades estaduais, os órgãos SEPLAG, TCE e CRC-CE, apresentaram um estudo referente, que foi aprovado e publicado pelo Poder Executivo do Estado do Ceará. Na ocasião foi criado o decreto Nº 31.340 de 05 de Novembro de 2013, alterado pelo decreto Nº 32.515 de 22 de Janeiro de 2018, que versa sobre o “Regulamento para depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará, e da outras providências”. Neste Decreto foi estabelecido o prazo até Junho/2018 para ajuste do valor contábil dos bens móveis e imóveis adquiridos em exercícios anteriores ao de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para



fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 10 de abril de 2019.

CONTROLLER AUDITORIA E ACESSORIA CONTÁBIL S/S - EPP
CRC (CE) 232-J

CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03
Francisco Moisés de Almeida Gomes
DIRETOR TÉCNICO
CONTADOR CRC (CE) Nº12.837
CPF: 575.694.793-00
CNAI Nº2.011

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis da Empresa, compreendendo o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demais Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes da Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S, datado de 10 de abril de 2019. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pela auditoria independente, concluíram que, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos que serviram de base para a opinião com ressalva da Auditoria, as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, no entanto, são necessárias as ressalvas a seguir.

1. O Relatório da Administração sobre as contas anuais não fez parte do escopo da análise do Conselho Fiscal, por não estar disponível na data dos exames.
2. Foi solicitado e apresentado ao Conselho Fiscal relatório acerca da adequação da ETICE à Lei nº 13.303/2016, onde se informou sobre as ações realizadas para o cumprimento das regras do referido Estatuto Jurídico e procurou-se mostrar que a empresa está em fase de transformação organizacional em função do seu novo Estatuto Social e avançando no aperfeiçoamento das suas práticas e estruturas de governança, contemplando ética, transparência, gestão de riscos, controles internos, dentre outras.

Fortaleza, 15 de abril de 2019.

Antônio Marconi Lemos da Silva
CONSELHEIRO TITULAR, REPRESENTANTE DA CONTROLA-
DORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO-CE
PRESIDENTE DO CONSELHO

Ronaldo Lima Moreira Borges
CONSELHEIRO TITULAR, REPRESENTANTE DA SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG

Paulo Amílcar Proença Supcira
CONSELHEIRO SUPLENTE, REPRESENTANTE DA SECRE-
TARIA DA FAZENDA DO ESTADO – SEFAZ

Antônio Tabosa de Albuquerque
CONSELHEIRO TITULAR, REPRESENTANTE DO CONSELHO
REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA

Otacílio Valentim Andrade
CONSELHEIRO TITULAR, REPRESENTANTE DO CONSELHO
REGIONAL DE CONTABILIDADE – CRC

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis da Empresa, compreendendo o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018, Demonstração de Resultado Econômico Realizada em 31 de dezembro de 2018 e 2017, demais Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes da Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S, datado de 10 de abril de 2019, Parecer do Conselho Fiscal da ETICE, datado de 15 de abril de 2019. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pela auditoria independente, concluíram que, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos que serviram de base para a opinião com ressalva da Auditoria, as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa

de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, no entanto, são necessárias as ressalvas a seguir.

- 1.O Relatório da Administração sobre as contas anuais não fez parte do escopo da análise do Conselho Fiscal, por não estarem disponíveis na data dos exames.
- 2.Foi solicitado e apresentado ao Conselho de Administração relatório acerca da adequação da ETICE à Lei nº 13.303/2016, onde se informou sobre as ações realizadas para o cumprimento das regras do referido Estatuto Jurídico e procurou-se mostrar que a empresa está em fase de transformação organizacional em função do seu novo Estatuto Social e avançando no aperfeiçoamento das suas práticas e estruturas de governança, contemplando ética, transparência, gestão de riscos, controles internos, dentre outras.

- 3.O Conselho de Administração, após análise das Notas Explicativas e Recomendações, solicitou da DIAFI – Diretoria Administrativa Financeira da ETICE, um Plano de Ação com os Prazos / Justificativas das medidas adotadas pela ETICE.

Fortaleza, 29 de abril de 2019.

Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Adolfo Alves Neto
CONSELHEIRO TITULAR

João Marcos Maia
CONSELHEIRO TITULAR

Luis Eduardo Fontenelle Barros
CONSELHEIRO TITULAR

Pablo Rocha Ximenes Ponte
CONSELHEIRO TITULAR

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

O(A) SECRETÁRIO(A) DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086 de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17 da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinando com o(a) Decreto Nº 32.948 de 13 de Fevereiro de 2018, e publicado no Diário Oficial do Estado em 13 de Fevereiro de 2018, RESOLVE NOMEAR, JOSE WILLIAM PORTO MACIEL, para exercer as funções do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de ORIENTADOR DE CÉLULA, símbolo DNS-3 lotado(a) no(a) CÉLULA DE ATENÇÃO À ALTA COMPLEXIDADE, integrante da Estrutura Organizacional do(a) SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, a partir de 01 de Fevereiro de 2019. SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, em Fortaleza, 26 de abril de 2019.

Maria do Perpetuo Socorro Franca Pinto

SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA,
MULHERES E DIREITOS HUMANOS

*** **

O(A) SECRETÁRIO(A) DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086 de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17 da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinando com o(a) Decreto Nº 32.948 de 13 de Fevereiro de 2018, e publicado no Diário Oficial do Estado em 13 de Fevereiro de 2018, RESOLVE NOMEAR, WANESSA NHAYARA MARIA PEREIRA BRANDAO, para exercer as funções do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de ARTICULADOR, símbolo DNS-3 lotado(a) no(a) COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS IDOSAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, integrante da Estrutura Organizacional do(a) SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, a partir de 01 de Abril de 2019. SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, em Fortaleza, 26 de abril de 2019.

Maria do Perpetuo Socorro Franca Pinto

SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA,
MULHERES E DIREITOS HUMANOS

*** **

PORTARIA Nº129/2019 - O(A) SECRETÁRIO(A) DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 32.948, de 13 de Fevereiro de 2018 RESOLVE DESIGNAR JOSE WILLIAM PORTO MACIEL, a partir de 01 de Fevereiro de 2019, ocupante do cargo de provimento em comissão de ORIENTADOR DE CÉLULA, símbolo DNS-3, para ter exercício na CÉLULA DE ATENÇÃO À ALTA COMPLEXIDADE, unidade administrativa integrante da estrutura organizacional deste órgão. SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, em Fortaleza, 26 de abril de 2019.

Maria do Perpetuo Socorro Franca Pinto

SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA,
MULHERES E DIREITOS HUMANOS

*** **

PORTARIA Nº130/2019 - O(A) SECRETÁRIO(A) DE PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 32.948, de 13 de Fevereiro de 2018 RESOLVE DESIGNAR WANESSA NHAYARA MARIA PEREIRA BRANDAO, a partir de 01 de Abril de 2019, ocupante do cargo de

